Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro

Manual de Seleção de Atos Oficiais para Indexação

DATA DE VIGÊNCIA 30/09/2009





SUMÁRIO

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não-controlada.

1	INTRODUÇÃO	.3
2	POLÍTICA DE SELEÇÃO DOS ATOS OFICIAIS	.4
3	ROTEIRO PRÁTICO PARA SELEÇÃO DE ATOS OFICIAIS	.4
4	DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO-PODER EXECUTIVO (PARTE I)	.5
5	DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO-PODER LEGISLATIVO (PARTE II)	.8
6 (DJ 0	DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIR ERJ)	:O 1
	DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO — PODER JUDICIÁRIO FEDERAL (PART EÇÃO II)	
8	DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO (SEÇÃO I)1	15
	DIÁRIO DA JUSTIÇA DA UNIÃO (SEÇÃO I)1	
10	DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO	22
11	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS2	24

Proposto por:

Equipe da Divisão de Tratamento e Conservação (DITRA) Analisado por:

Departamento de Gestão de Acervos Bibliográficos (DEGAB) Aprovado por:

Diretor-Geral da Diretoria Geral de Gestão do Conhecimento (DGCON)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não-controlada.

1 INTRODUÇÃO

Este Manual tem por objetivo estabelecer critérios para seleção dos atos oficiais a serem indexados e incluídos no sistema informatizado do Departamento de Gestão de Acervos Bibliográficos da Diretoria Geral de Gestão do Conhecimento (DGCON/DEGAB).

A indexação é realizada pelo Serviço de Indexação Legislativa da Diretoria Geral de Gestão do Conhecimento (DGCON/SEIND) que indexa seis diários oficiais em suporte papel e cinco diários eletrônicos na intranet/internet, a saber:

1.1 <u>Diários impressos:</u>

- a) <u>Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro Poder Executivo (DORJ-I)</u>;
- b) Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro Poder Legislativo (DORJ-II);
- c) <u>Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro Poder Judiciário Federal (DORJ-III,</u> Seção II);
- d) Diário Oficial da União Seção I (DOU-I);
- e) Diário da Justiça da União Seção I (DJ-I);
- f) Diário do Município do Rio de Janeiro (DO-RIO).

Diários eletrônicos:

- a) Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Rio de Janeiro (DJERJ);
- b) Diário da Justica Eletrônico do Supremo Tribunal Federal (DJ-e STF)
- c) Diário da Justiça Eletrônico do Superior Tribunal de Justiça (DJ-e STJ)
- d) Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal Superior Eleitoral (DJ-e TSE)

Base Normativa:	Código:	Revisão:	Página:
Ato Executivo 2.950/2003	MAN-DGCON-003-01	03	3 de 24



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não-controlada.

e) <u>Diário da Justiça Eletrônico do Conselho Nacional de Justiça (DJ-e CNJ)</u>

POLÍTICA DE SELEÇÃO DOS ATOS OFICIAIS

A seleção dos atos oficiais considera os seguintes pontos:

- f) Os Direcionadores Estratégicos do PJERJ, os Direcionadores Estratégicos da DGCON e os Direcionadores Estratégicos do Departamento de Gestão de Acervos Bibliográficos (DGCON/DEGAB);
- g) Recursos disponíveis (pessoal e material);
- h) Necessidade do usuário;
- i) Conhecimento, por parte dos bibliotecários envolvidos no processo, da base de dados (rotinas de inserção), do material a ser indexado (arranjo, índices, paginação, etc) e do mecanismo jurídico-legal do País (hierarquia e apresentação formal dos atos, organização dos Poderes,etc);
- j) Acessibilidade aos atos em diversos sites na Internet;
- k) Disponibilidade dos atos em outras bibliotecas/setores/entidades;
- Divulgação dos atos oficiais na mídia;
- m) Relevância do conteúdo dos atos oficiais.

ROTEIRO PRÁTICO PARA SELEÇÃO DE ATOS OFICIAIS

A seleção diária dos atos oficiais a serem incluídos no sistema informatizado compreende as seguintes etapas:

- a) Conhecimento prévio dos critérios adotados para seleção contidos neste manual;
- b) <u>Leitura técnica de todos os diários oficiais</u>;

Base Normativa:	Código:	Revisão:	Página:
Ato Executivo 2.950/2003	MAN-DGCON-003-01	03	4 de 24



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não-controlada.

 c) Anotação dos atos selecionados (inclusive alterações, retificações, republicações e revogações).

Em caso de dúvida o Bibliotecário consulta membros da equipe e/ou Diretor da Divisão de Tratamento e Conservação, da Diretoria Geral de Gestão do Conhecimento (DGCON/DITRA).

Na eventualidade de um ato selecionado não estar previsto dentre os critérios estabelecidos para inclusão no manual ou não constar da lista de espécies de legislação já existentes no sistema, devem ser respondidas as seguintes questões:

- a) O ato selecionado altera ou revoga algum outro ato já existente na base de dados?
- b) O ato selecionado emana do Poder Judiciário ou é de seu interesse?
- c) O ato selecionado é de outro órgão, cujo acesso pela Internet ou pessoalmente é fácil e rápido?
- d) O conteúdo do ato selecionado está sendo muito divulgado na imprensa, tendo sido alvo de comentários e/ou críticas?
- e) O conteúdo do ato selecionado poderá ser procurado pela clientela?

A resposta positiva a boa parte das perguntas acima, poderá conduzir à inclusão do ato na base de dados, inclusive com a criação de uma nova espécie de legislação. Ressalte-se que a existência de uma espécie não pressupõe a inclusão de todos os atos desta espécie publicados nos diários.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO-PODER EXECUTIVO (PARTE I)

- **1.2** O diário se organiza da seguinte forma:
 - a) Finalidade: divulgação dos atos do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro;

Base Normativa:	Código:	Revisão:	Página:
Ato Executivo 2.950/2003	MAN-DGCON-003-01	03	5 de 24



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não-controlada.

- b) Periodicidade: diária, podendo haver publicações nos finais de semana e feriados,
 bem como suplementos;
- c) Numeração: A partir de 01/07/2005, com o novo projeto gráfico, o DORJ-I passou a circular com as partes 1A (Ministério Público) e 1B (Tribunal de Contas Estado), temporariamente encartadas na Parte I (Poder Executivo), seguindo a numeração deste. Cada parte possui numeração própria, por dia, dentro de cada ano;
- d) Paginação: diária;
- e) Abreviatura usada no sistema informatizado: DORJ-I, DORJ-I A MP e DORJ-I B TCE, respectivamente.

INDEXADO NÃO INDEXADO - Leis complementares, leis (com respectivas - Leis complementares, leis e decretos que mensagens de veto) e decretos que versem versem sobre matéria de caráter particular sobre matéria de caráter geral (Ex.:direitos e (Ex:denominação de escolas; delegação de deveres dos cidadãos, orçamento, organização e competência, etc); estrutura do governo, salário mínimo, índice de participação dos municípios, tributos, - Notícias do governo do Estado sobre obras, encerramento do exercício financeiro. inaugurações, etc; homologação de situação de emergência nos municípios, feriado e ponto facultativo, etc); - Decretos ou quaisquer outros atos sobre concessão de crédito suplementar e título de - Decretos sobre concessão de: utilidade pública a outros órgãos; - Editais e acompanhamento de concursos Crédito suplementar ao Poder Judiciário (Tribunal de Justiça ou Fundo Especial do públicos: Tribunal de Justiça (FETJ)) - Demais despachos; Título de utilidade pública a entidades relacionadas com o Poder Judiciário -Processos administrativos (acompanhamento e (Sindicato dos Servidores do Poder decisões); Judiciário do Estado do RJ (Sindjustiça), Associação Beneficente dos Amigos do - Atas de sessões de comissões ou conselhos: Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (ABATERJ), etc). Resoluções ratificando ou divulgando - Despacho do Governador sobre Relatório de convênios sobre Imposto sobre Circulação de Gestão Fiscal: Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) - Resoluções, portarias ou quaisquer outros atos ou ajustes do Sistema Nacional Integrado de que divulguem o calendário de pagamento dos Informações Econômico-Fiscais (SINIEF); funcionários e pensionistas:

Base Normativa:	Código:	Revisão:	Página:
Ato Executivo 2.950/2003	MAN-DGCON-003-01	03	6 de 24



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não-controlada. **NÃO INDEXADO INDEXADO** - Resoluções, portarias, instruções normativas e demais atos de caráter geral dos órgãos de chefia - Atos de/sobre: e de ação setorial do Poder Executivo, Designação, exoneração, concessão de principalmente os das seguintes férias/licencas aposentadoria ou Secretarias/órgãos: funcionários: Fazenda/Receita (Ex.: cobranca Estágios: tributos, demonstrativo das execuções Instauração de sindicância; orçamentárias em que seja parte o Poder Judiciário ou o Fundo do Tribunal de Escolas e Universidades (calendário. Justiça (FETJ), prestação de contas do lista de alunos e professores, etc); aoverno do Estado. normas Minutas-padrão; contabilidade pública, etc); Motoristas multados pelo Departamento Justiça, Segurança Pública e de Trânsito (DETRAN). Administração Penitenciária (Ex.: estatística de criminalidade e da Ouvidoria - Avisos, editais e termos de contrato; de Polícia, organização penitenciária, etc); -Resoluções, portarias, editais, avisos sobre Meio Ambiente: procedimentos administrativos internos: Defesa do Consumidor (Ex.: direitos e órgãos de apoio ao consumidor, etc); - Editais de licitação e pré-qualificação, minutas Transportes (Ex.: passe livre, calendário de edital de concorrência pública no caso de de recolhimento do Imposto sobre a desestatização do Estado. Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), etc); - Administração do Estado (Ex.: direitos e deveres dos funcionários públicos, consumo de combustíveis, etc). **DEFENSORIA PÚBLICA** - Resoluções, portarias, editais, avisos e demais atos sobre procedimentos administrativos - Resoluções e demais atos sobre: internos (Ex.: licitação, compras, designação e dispensa de funcionários, concessão de licencas Competência e organização; ou aposentadorias, estágios, eleição interna Justiça gratuita; para cargos diretivos, etc); Prioridade na tramitação de processos; - Editais e acompanhamento de concursos Atuação da Defensoria Pública (Ex.: públicos; interposição de recursos, órgãos de

Base Normativa:	Código:	Revisão:	Página:
Ato Executivo 2.950/2003	MAN-DGCON-003-01	03	7 de 24

decisões).

-Processos administrativos (acompanhamento e

atuação, curadorias, atendimento, etc).



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não-controlada.

INDEXADO	NÃO INDEXADO	
	 Resoluções, portarias, editais, avisos e demais atos sobre procedimentos administrativos internos (Ex.: licitação, compras, designação e dispensa de funcionários, concessão de licenças ou aposentadorias, estágios, eleição interna para cargos diretivos, etc); Editais e acompanhamento de concursos públicos; Processos administrativos (acompanhamento e decisões). 	
 TRIBUNAL DE CONTAS Resoluções e demais atos sobre: Competência e organização; Atuação do Tribunal de Contas do Estado (Ex. normas sobre apreciação de contas, licitações e contratos, fiscalização das finanças públicas, declaração de bens, etc). 		

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO-PODER LEGISLATIVO (PARTE II)

O diário se organiza da seguinte forma:

- a) Finalidade: divulgação dos atos do Poder Legislativo do Estado do Rio de Janeiro;
- b) Periodicidade: diária, sendo raras as publicações nos finais de semana e feriados,
 bem como de suplementos;
- c) Numeração: por dia, dentro de cada ano;
- d) Paginação: diária;

Base Normativa:	Código:	Revisão:	Página:
Ato Executivo 2.950/2003	MAN-DGCON-003-01	03	8 de 24



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não-controlada.

e) Abreviatura usada no sistema informatizado: DORJ-II.

INDEXADO	NÃO INDEXADO
-Emendas constitucionais; -Leis e leis complementares, não sancionadas ou vetadas (total ou parcialmente) pelo Governador do Estado e mantidas pela Assembléia Legislativa, que versem sobre matéria de caráter geral (Ex.: direitos e deveres dos cidadãos, orçamento, organização e estrutura do governo, etc);	-Demais decretos legislativos; -Processos administrativos (acompanhamento e
-Decretos legislativos aprovando contas do Governador do Estado e suspendendo, por inconstitucionalidade, dispositivos de leis estaduais ou do Município do Rio de Janeiro; -Propostas de emenda constitucional, projetos de lei e de lei complementar e indicações legislativas sobre:	-Acompanhamento das propostas e projetos nas comissões, sessões de votação, pareceres das comissões, atas, despachos, moções, etc;
 Organização judiciária; Remuneração dos magistrados e serventuários; Plano de carreira e estatuto dos serventuários; Diretrizes orçamentárias e receita/despesa para o exercício financeiro. Quaisquer outras propostas que, por isonomia, sejam de interesse do Poder Judiciário fluminense (Ex.: remuneração 	internos (Ex.: licitação, compras, designação e dispensa de funcionários, concessão de licenças ou aposentadorias, estágios, regimento interno,etc).
dos deputados ou membros do Ministério Público, etc). -Resoluções e demais atos da Assembléia Legislativa sobre: • Remuneração dos deputados estaduais e dos funcionários da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (

Base Normativa:	Código:	Revisão:	Página:
Ato Executivo 2.950/2003	MAN-DGCON-003-01	03	9 de 24



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não-controlada.

INDEXADO	NÃO INDEXADO
ALERJ), bem como seus direitos (Ex.:adicionais, auxílios, indenizações, etc);	
 Serviços de utilidade pública (Ex.:Tele- denúncia, Disque Criança, etc). 	

<u>DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PODER JUDICIÁRIO ESTADUAL (DJERJ)</u>

O diário se organiza da seguinte forma:

- a) Finalidade: divulgação dos atos e da jurisprudência emanados do Poder Judiciário (Tribunal de Justiça e Corregedoria Geral da Justiça) do Estado do Rio de Janeiro;
- b) Apresentação: diário disponível para consulta na intranet/internet, subdivido nos Cadernos: I Administrativo; II Judicial 2ª Instância; III Judicial 1ª Instância (Capital); IV Judicial 1ª Instância (Interior) e IV Editais e demais publicações;
- c) Periodicidade: diária;
- d) Numeração: por dia, dentro de cada ano;
- e) Paginação: diária;

Base Normativa:

Ato Executivo 2.950/2003

f) Abreviatura usada no sistema informatizado: DJERJ.

INDEXADO	NÃO INDEXADO
-Anteprojetos de lei sobre organização judiciária; -Atos sobre:	- Atos TJ/M (Tribunal de Justiça/Movimentação de Magistrados da Capital), TJ/MI (Tribunal de Justiça/Movimentação de Magistrados do Interior) e TJ/ME (Tribunal de
 Organização judiciária (Ex.: alterações ao Código de Organização e Divisão Judiciárias, instalação, desativação, transformação e privatização de 	Justiça/Movimentação de Magistrados Substitutos) sobre plantão de Magistrados;

MAN-DGCON-003-01

Código:

Revisão:

03

Página:

10 de 24



NÃO INDEXADO

serviço e demais atos das serventias;

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não-controlada.

INDEXADO serventias, etc); Atos de instauração de sindicância; Organização administrativa (Ex.: reestruturação de quadros, criação e -Convite para simpósios, palestras, extinção de órgãos, etc); encontros e cursos: Plano de Ação Governamental, Relatório de Acompanhamento de Custos e de -Processos (acompanhamento е Gestão Fiscal e demais relatórios decisões)/Jurisprudência; financeiros: Orçamento (Ex.: quadro de detalhamento -Processos de licitação e compras (editais e de despesa, prestação de contas, etc); avisos): - Convênios em que são doados ou cedidos fóruns Comissões, conselhos, imóveis ou bens ao Poder Judiciário e os que permanentes e gerência do FETJ); tratem de consignação em folha de pagamento: (criação, bem como designação -Edital de preenchimento de vaga no Tribunal dispensa de seus membros); Regional Eleitoral (TRE) para Magistrados e Programas e projetos (Ex.: Expressinho, advogados: Justiça Terapêutica, Justiça Permanente, etc); -Selo de fiscalização e procurações (extravio ou furto em serventias de outros estados); Encontros de colégios cartas -Estatística das vice-presidências: permanentes; -Processos administrativos (acompanhamento e Atos das câmaras e sessões decisões); julgamento, alterando datas ou horários - Designação e dispensa de Magistrados, das sessões, etc; serventuários, notários, registradores, juízes (Ex.: Convênios sobre prestação de paz, conciliadores e juízes leigos para jurisdicional e com fins assistenciais ou cargos, excetuando-se as designações e educacionais) e protocolos de intenção; dispensas para comissões, conselhos, Atas da eleição de presidentes, vicefóruns permanentes e gerência do FETJ; presidentes e demais autoridades do Judiciário; -Designação de guardas para a função de Criação de condecorações; oficial de justica ad hoc ou de Representantes da Administração Superior - (RAS e RD) e Cerimonial (normas e procedimentos); Representante Setorial Administração da Regimentos internos e suas alterações Superior (RDS); (Tribunal de Justica, Conselho da -Lista de funcionários em licença prêmio ou de Magistratura e Turmas Recursais dos férias: Juizados Especiais); -Atos da Escola de Magistratura do Estado do Consolidação Normativa da Corregedoria Rio de Janeiro (EMERJ) sobre cursos, e suas alterações; designação dispensa palestras. ou Tabela de custas, porte de remessa e Magistrados e serventuários para cargos de seu retorno, emolumentos, taxa judiciária, etc; quadro, etc; -Pareceres: Tabela de fiança; Homologando portarias, ordens de

Base Normativa:	Código:	Revisão:	Página:
Ato Executivo 2.950/2003	MAN-DGCON-003-01	03	11 de 24

Serventias judiciais e

extrajudiciais/Núcleos Regionais - NUR



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não-controlada.

INDEXADO

- (Ex.: suspensão de expediente, inspeção, correição, diligências, trabalho extraordinário, competência, recolhimento de encargos, boletim dos atos extrajudiciais, etc);
- Processo (Ex.: distribuição, atos ordinatórios, suspensão/prorrogação de prazos, cálculo de custas judiciais e preenchimento da Guia de Recolhimento de Receita Judiciária (GRERJ), recursos, selo de fiscalização, etiqueta de autenticidade, procedimentos, prioridade na tramitação de processos, etc);
- Selo de fiscalização e procurações (extravio ou furto em serventias do Estado do Rio de Janeiro);
- Recesso forense, férias coletivas e plantão;
- Estatísticas (Tribunal de Justiça, Corregedoria Geral da Justiça e Turmas Recursais dos Juizados Especiais);
- Lista das empresas mais acionadas em sede de Juizados Especiais;
- Fóruns (denominação e funcionamento);
- Código de Classificação de Documentos do PJERJ e Tabela de Temporalidade de Documentos do PJERJ;
- Cronograma de material de consumo;
- Departamento de Gestão de Acervos Bibliográficos – DGCON/DEGAB (normas e procedimentos);
- Magistrados (Ex.: vencimentos, atribuições, gratificações, concursos, lista de antiguidade, benefícios, enquadramento, pla no de cargos, substituição, escala de plantão, contribuição previdenciária, férias, editais de remoção ou promoção, editais para vaga de Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), deveres, convocação para reunião e outros eventos de caráter obrigatório, designação ou dispensa em Comissões, Conselhos, etc);
- Serventuários (Ex.: vencimentos,

NÃO INDEXADO

- Sobre distribuição de escritura a destempo, aplicação de multa e devolução de valores a titulares de cartório;
- Solicitando a suspensão do expediente nas serventias (paralisação das atividades cartorárias);
- Pedindo a retirada de livro cartorário para realização de casamento em local fora da circunscrição;
- Relatando fraudes ou irregularidades nas serventias judiciais e extrajudiciais;
- Instaurando sindicância contra funcionários ou serventias;
- Apresentando relatório de inspeção ou de correição extraordinária;
- Sobre procedimentos administrativos discipinares;
- Designando e dispensando funcionários da função de responsável pelo expediente nas serventias extrajudiciais;
- Comunicando extravio de selo de fiscalização notarial (obs: só serão feitos os "Avisos" relacionados a este assunto);
- Assuntos administrativos das serventias e das unidades administrativas (Ex.: contratação de empresas, prestação de serviços, obras, etc.);
- Quando o parecer determinar a publicação de um ato oficial sobre o mesmo assunto, somente será indexado o ato oficial correspondente (Ex: Portarias, Resoluções, Provimentos e Avisos);
- Convocação de candidatos para cerimônia de posse, exame médico, apresentação de documentos ou entrega de carteiras;
- Comissões temporárias;
- Acompanhamento das etapas e do resultado de concursos de remoção de funcionários ou juizes leigos.

Base Normativa:	Código:	Revisão:	Página:
Ato Executivo 2.950/2003	MAN-DGCON-003-01	03	12 de 24



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não-controlada.

INDEXADO	NÃO INDEXADO
INDEXADO	NAO INDEXADO
 atribuições, gratificações, concursos, lista de antiguidade, benefícios, enquadramento, pla no de cargos, escala de plantão, contribuição previdenciária, deveres, convocações ou eventos de caráter obrigatório, etc); Tabeliães (Ex.: concurso de remoção ou admissão e atos que regulamentam o exercício da função de Tabelião); Atos que regulamentam o exercício da função de Juiz de Paz; Escola de Administração Judiciária -ESAJ (Ex: treinamento, obrigatoriedade no cumprimento de carga horária anual de cursos pelos serventuários, etc); Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro - EMERJ (Ex.: enunciados, normas da biblioteca, concurso de admissão e edital de remoção para juízes leigos, determinações para os funcionários, designação e dispensa de Magistrados de fóruns permanentes, etc). 	
Sindjustiça; -Súmulas, proposições e enunciados;	
-Editais e acompanhamento de concursos públicos (até a homologação) para Magistrados, juízes leigos, notários, registradores e serventuários;	
-Atos sobre competência e organização dos Conselhos da Justiça Militar;	
 Decisões em processos do Conselho da Magistratura que gerem efeitos de caráter geral; 	
- Pareceres, decisões ou despachos com força de parecer, principalmente os relacionados a cobrança de custas e emolumentos.	

Base Normativa:	Código:	Revisão:	Página:
Ato Executivo 2.950/2003	MAN-DGCON-003-01	03	13 de 24



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não-controlada.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PODER JUDICIÁRIO FEDERAL (PARTE III, SEÇÃO II)

O diário se organiza da seguinte forma:

- a) Finalidade: divulgação dos atos e da jurisprudência emanados do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro - TRE, da Justiça Federal de 1º. Grau - Seção Judiciária Rio de Janeiro e do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª. Região - Rio de Janeiro -TRT;
- b) Periodicidade: diária, sendo raras as publicações nos finais de semana e feriados,
 bem como de suplementos;
- c) Numeração: por dia, dentro de cada ano;
- d) Paginação: diária;

Ato Executivo 2.950/2003

e) Abreviatura usada no sistema informatizado: DORJ-III, S-II.

INDEXADO	NÃO INDEXADO
JUSTIÇA ELEITORAL -Resoluções, portarias, emendas regimentais e demais atos sobre:	-Processos (acompanhamento e decisões)/Jurisprudência e processos administrativos;
 Regimento Interno e suas alterações; Estrutura orgânica; Recesso forense; Suspensão de expediente ou suspensão/prorrogação de prazos judiciais na capital ou em todo o Estado; Interposição de recursos; Escola Judiciária Eleitoral/RJ (criação e organização); Magistrados e funcionários (Ex.: vencimentos, gratificações, benefícios, plano de cargos, etc); Homenagem a autoridades do Judiciário 	desmembramento de zonas eleitorais, etc); • Suspensão de expediente ou suspensão/prorrogação de prazos judiciais, recesso forense e atendimento em outras cidades, que não a capital. -Editais e acompanhamento de concursos
Base Normativa: Código:	Revisão: Página:

MAN-DGCON-003-01

03

14 de 24



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não-controlada.

INDEXADO	NÃO INDEXADO
fluminense; • Encontros de Juízes Eleitorais e Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais (TRE);	
 -Quaisquer atos sobre: Eleições/Plebiscitos (Ex.: calendário eleitoral, requisição de força federal, 	
 eleitos, propaganda eleitoral, etc); Eleitor (Ex.: alistamento eleitoral, certidão de quitação eleitoral, título de eleitor, justificativa de voto, etc); 	
 Partidos políticos/coligações e candidatos (Ex.: fundação, organização, extinção e prestação de contas de partidos, registro e escolha de candidatos, etc); 	
 Porte de arma para Magistrados; Juízes eleitorais e funcionários requisitados (Ex.: concessão de diárias e auxílios, rodízio de juízes, pagamento de hora extra, etc). 	
JUSTIÇA FEDERAL	
JUSTIÇA DO TRABALHO 	
JUSTIÇA MILITAR	

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO (SEÇÃO I)

O diário se organiza da seguinte forma:

to the second se			
Base Normativa:	Código:	Revisão:	Página:
Ato Executivo 2.950/2003	MAN-DGCON-003-01	03	15 de 24



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não-controlada.

- a) Finalidade: divulgação de leis, decretos, resoluções, instruções normativas, portarias e outros atos normativos de interesse geral. Inclui basicamente atos emanados do Poder Executivo Federal, mas também alguns do Poder Legislativo e do Poder Judiciário federais;
- b) Periodicidade: diária, podendo haver publicações nos finais de semana e feriados,
 bem como suplementos;
- c) Numeração: por dia, dentro de cada ano;
- d) Paginação: diária;

Ato Executivo 2.950/2003

e) Abreviatura usada no sistema informatizado: DOU-I.

INDEXADO		NÃO	INDEXADO)
-Atos do Congresso Nacional sobre provisórias (prorrogação, arquivam		-Demais atos do Co	ngresso Nac	cional;
rejeição);		-Demais resoluções	do Senado	Federal;
-Resoluções do Senado Federal que sus por inconstitucionalidade, dispositivos federais, estaduais ou do município d	de leis o Rio de	-Ações diretas de inconstitucionalidade		nalidade e de
Janeiro indexadas e incluídas no informatizado, bem como que esta limites globais para o montante da dívid	la pública	-Demais decretos le	gislativos;	
do Estado do Rio de Janeiro e seus mui	•	-Leis, leis compleme provisórias que ve	ersem sobr	e matérias de
-Decretos legislativos sobre convenções, protocolos e referendos;	acordos,	caráter particular o determinados órgão ministérios, concess	s (Ex.: regin	nento interno de
-Emendas constitucionais;		embaixadas, etc);		
-Leis complementares, leis (com re mensagens de veto), decretos e provisórias, principalmente os que códigos e regulamentam artigos da Col Federal de 1988 ou que versem sobre mentante de contra de	medidas alteram nstituição natéria de			procedimentos inclusive os
caráter geral (Ex.: direitos e deve cidadãos, orçamento, organização e est		-Atos do Fundo Na	cional de C	Desenvolvimento
Base Normativa:	Código:		Revisão:	Página:

MAN-DGCON-003-01

03

16 de 24



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não-controlada.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir	da <i>intranet</i> è còpia não-controlada.
INDEXADO	NÃO INDEXADO
governo, salário mínimo, indulto, plano plurianual, etc);	da Educação e da Agência Nacional do Cinema;
-Propostas/mensagens sobre matérias de interesse do Poder Judiciário (Ex.: Estatuto da Magistratura Nacional, Códigos, etc);	-Convênios e protocolos Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS);
-Resoluções, portarias, instruções normativas e demais atos de caráter geral do Poder Executivo, principalmente os dos seguintes Ministérios/	
órgãos:Fazenda - Receita Federal, Banco Central,	-Consultas públicas;
Caixa Econômica Federal (CEF) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) (Ex.: taxa de juros, cotação do dólar, imposto de renda, normas	
bancárias, direitos do cliente bancário, tributos, taxa de câmbio, seguros, loterias, etc);	-Demais Resoluções de outras entidades de
 Previdência Social – Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) (Ex: concessão de aposentadoria, valor de benefícios, parcelamento de débitos, etc); 	
 Comunicações; 	
 Justiça (Ex.: cláusulas abusivas nas relações de consumo, normas de trânsito, etc); 	
 Transportes; 	
 Saúde (Ex.: vigilância em saúde, epidemiologia, etc); 	
Meio Ambiente;	
 Agências Reguladoras -Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), etc. (Ex.: direitos do consumidor, tarifas, etc). 	
-Resoluções e demais atos dos Conselhos Federais de Medicina, Odontologia e Administração que possam auxiliar o trabalho da Justiça Estadual;	

Base Normativa:	Código:	Revisão:	Página:
Ato Executivo 2.950/2003	MAN-DGCON-003-01	03	17 de 24



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não-controlada.

INDEXADO	NÃO INDEXADO
-Resoluções do Conselho Federal de Biblioteconomia sobre código de ética do bibliotecário, anuidades, etc;	
-Atos com normas gerais para Arquivos, Bibliotecas e Museus.	

DIÁRIO DA JUSTIÇA DA UNIÃO (SEÇÃO I) E DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

O diário se organiza da seguinte forma:

- a) Finalidade: divulgação dos atos e da jurisprudência dos Tribunais Superiores do Poder Judiciário, no formato eletrônico: SupremoTribunal Federal (STF), Superior Tribunal de Justiça (STJ), Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e em suporte papel: Tribunal Superior do Trabalho (TST), Conselho da Justiça Federal (CJF), Ministério Público da União (MPU) e Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB);
- b) Periodicidade: diária, sendo raras as publicações nos finais de semana e feriados, bem como de suplementos;
- c) Numeração: por dia, dentro de cada ano;
- d) Paginação: diária;
- e) Abreviatura usada no sistema informatizado: <u>DJ-I, DJ-e STJ, DJ-e STF, DJ-e TSE e</u> <u>DJ-e CNJ.</u>

INDEXADO	NÃO INDEXADO
Supremo Tribunal Federal (STF) sitio eletrônico: www.stf.jus.br	-Processos (acompanhamento e decisões)/Jurisprudência;

Base Normativa:	Código:	Revisão:	Página:
Ato Executivo 2.950/2003	MAN-DGCON-003-01	03	18 de 24



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da <i>intranet</i> é cópia não-controlada.				
INDEXADO	NÃO INDEXADO			
Obs: A partir de janeiro/2008 os atos oficiais emanados do STF passaram a ser divulgados somente no DJe (Diário da Justiça Eletrônico), não sendo mais encontrados em suporte papel. -Súmulas; -Resoluções, portarias e demais atos sobre: • Estrutura orgânica; • Código de Ética; • Recesso forense; • Tabela de custas; • Tabela de porte de remessa e retorno; • Prioridade na tramitação de processos; • Interposição de recursos; • Porte de arma para Magistrados; • Cerimonial (normas e procedimentos); • Magistrados e funcionários (Ex.: vencimentos, gratificações, benefícios, plano de cargos, etc). -Propostas/mensagens sobre matérias de interesse do Poder Judiciário (Ex.: Estatuto da Magistratura Nacional, Códigos, etc).	 Regimento interno; Procedimentos administrativos internos (Ex.: envio de documentos entre órgãos, nomeação de funcionários, regulamento de secretarias, etc); Suspensão de expediente ou suspensão/prorrogação de prazos judiciais. -Editais e acompanhamento de concursos públicos. 			
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ) sitio eletrônico: www.cnj.jus.br Obs: A partir de julho/2008 os atos oficiais	-Processos (acompanhamento e decisões)/Jurisprudência; -Demais atos/procedimentos.			
emanados do CNJ passaram a ser divulgados somente no DJe (Diário da Justiça Eletrônico), não sendo mais encontrados <u>em suporte papel</u> .	•			
-Resoluções, enunciados administrativos, orientações, recomendações e demais atos sobre organização, planejamento e programas				

Base Normativa:	Código:	Revisão:	Página:
Ato Executivo 2.950/2003	MAN-DGCON-003-01	03	19 de 24



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não-controlada.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da <i>intranet</i> é cópia não-controlada.			
INDEXADO	NÃO INDEXADO		
de avaliação para o Poder Judiciário, bem como sobre conduta dos magistrados.			
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE) sitio eletrônico: www.tse.gov.br	-Processos (acompanhamento e decisões) /Jurisprudência;		
Obs: A partir de setembro/2008 os atos oficiais emanados do TSE passaram a ser divulgados somente no DJe (Diário da Justiça Eletrônico), não sendo mais encontrados em suporte papel.	 Resoluções, portarias e demais atos sobre: Regimento interno; 		
-Súmulas; - Resoluções, portarias e demais atos sobre:	 Procedimentos administrativos internos (Ex.: envio de documentos entre órgãos, nomeação de funcionários, regulamento de 		
 Estrutura orgânica; Recesso forense; Interposição de recursos; Escola Judiciária Eleitoral (criação e organização); Magistrados e funcionários (Ex.: vencimentos, gratificações, benefícios, 	secretarias, etc); • Suspensão de expediente ou suspensão/prorrogação de prazos judiciais.		
 plano de cargos, etc). Quaisquer atos sobre: Eleições/plebiscitos (Ex.: calendário eleitoral, requisição de força federal, fixação do número de membros nas Assembléias e Câmaras, voto eletrônico, pesquisa eleitoral, apuração dos votos, divulgação de resultados, diplomação dos eleitos, propaganda eleitoral, etc); Eleitor (Ex.: alistamento eleitoral, certidão de quitação eleitoral, título de eleitor, justificativa de voto, etc); Partidos políticos/coligações e candidatos (Ex.: fundação, organização, extinção e prestação de contas de partidos, registro e escolha de candidatos, etc); 			

Base Normativa:	Código:	Revisão:	Página:
Ato Executivo 2.950/2003	MAN-DGCON-003-01	03	20 de 24



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da <i>intranet</i> é cópia não-controlada.				
INDEXADO	NÃO INDEXADO			
 Juízes eleitorais e funcionários requisitados (Ex.: concessão de diárias e auxílios, rodízio de juízes, pagamento de hora extra, etc). -Propostas/mensagens sobre matérias de interesse do Poder Judiciário (Ex.: Estatuto da 				
Magistratura Nacional, Códigos, etc).				
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL (CJF)				
-Súmulas (CJF/Juizados Especiais Federais); - Resoluções, portarias e demais atos sobre:	-Processos (acompanhamento e decisões)/Jurisprudência;			
 Competência da Justiça Federal e dos Juizados Especiais Federais; 	- Resoluções, portarias e demais atos sobre:			
 Recesso forense; Tabela de custas da Justiça Federal; Tabela de honorários de defensores dativos, peritos, intérpretes e auxiliares; Magistrados e funcionários (Ex.: vencimentos, gratificações, benefícios, plano de cargos, etc); Fórum Permanente dos Corregedores Gerais da Justiça Federal. 	 Suspensão de expediente ou suspensão/prorrogação de prazos judiciais; Regimento interno; Procedimentos administrativos internos (Ex.: envio de documentos entre órgãos, nomeação de funcionários, regulamento de secretarias, etc). 			
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ) sitio eletrônico: www.stj.gov.br	-Processos (acompanhamento e decisões)/Jurisprudência;			
Obs: A partir de março/2008, os atos oficiais emanados do STJ passaram a ser divulgados somente no DJe (Diário da Justiça Eletrônico), não sendo mais encontrados em suporte papel.	 Resoluções, portarias e demais atos sobre: Suspensão de expediente ou suspensão/prorrogação de prazos judiciais; 			
-Súmulas;	Regimento interno;Procedimentos administrativos inter			
- Resoluções, portarias e demais atos sobre:	nos (Ex.: envio de documentos entre órgãos, nomeação de funcionários, regulamento de secretarias, etc);			
Estrutura orgânica;Código de ética;	-Editais e acompanhamento de concursos públicos.			
Rase Normativa:	Revisão: Página:			

Base Normativa:	Código:	Revisão:	Página:
Ato Executivo 2.950/2003	MAN-DGCON-003-01	03	21 de 24



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não-controlada.

INDEXADO	NÃO INDEXADO
 Recesso forense; Tabela de custas; Tabela de porte de remessa e retorno; Tabela para cartas de sentença, certidões, alvarás, traslados, cópias reprográficas e autenticações; Prioridade na tramitação de processos; Interposição de recursos; Porte de arma para Magistrados; Cerimonial (normas e procedimentos); Magistrados e funcionários (Ex.: vencimentos, gratificações, benefícios, plano de cargos, etc); Propostas/Mensagens sobre matérias de 	
interesse do Poder Judiciário (Ex.: Estatuto da Magistratura Nacional, Códigos, etc); TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO (TST)	
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO (MPU)	
 ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL (OAB) -Provimentos, resoluções e demais atos sobre: Estatuto e regulamento da (OAB); Advogados e estagiários (direitos e deveres, exame da Ordem, recadastramento, etc). 	-Demais atos ou processos.

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

O diário se organiza da seguinte forma:

Base Normativa:	Código:	Revisão:	Página:
Ato Executivo 2.950/2003	MAN-DGCON-003-01	03	22 de 24



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não-controlada.

- a) Finalidade: divulgação dos atos do Poder Executivo do município do Rio de Janeiro;
- b) Periodicidade: diária, podendo haver publicações nos finais de semana e feriados, bem como suplementos;
- Numeração: por dia, dentro de cada ano. A numeração recomeça na data de 15 de março e não no início de cada ano, como nos demais diários;
- d) Paginação: diária;

Base Normativa:

Ato Executivo 2.950/2003

e) Abreviatura usada no sistema informatizado: DO-RIO.

INDEXADO	NÃO INDEXADO
-Emendas à Lei Orgânica do Município; -Leis complementares, leis e decretos que versem sobre matéria de caráter geral (Ex.: direitos e deveres dos cidadãos, orçamento,organização e estrutura do governo, tributos, feriado e ponto facultativo, etc);	-Leis, leis complementares e decretos que versem sobre matéria de caráter particular ou de interesse específico de determinados órgãos (Ex.: regimento interno de secretarias, concessão de verbas, abertura de crédito suplementar, etc); -Atos de/sobre:
-Atos sobre funcionários públicos (Ex.: direitos e deveres, calendário de pagamento, etc);	 Designação, exoneração, concessão de férias/licenças ou aposentadoria a funcionários; Estágios;
 -Resoluções, portarias, instruções normativas e demais atos de caráter geral do Poder Executivo, principalmente os das seguintes Secretarias/órgãos: Fazenda/Receita (Ex.: cobrança de tributos, etc); Transportes/Trânsito (Ex.: passe livre, etc); 	 Escolas (calendário, lista de alunos e professores, etc); Minutas-padrão; Criação de linhas de ônibus; Motoristas multados pelo Detran;
 Obras e Serviços Públicos (Ex.: administração de cemitérios, normas para obras, etc); Administração (Ex.: direitos e deveres dos funcionários públicos, etc). 	 -Resoluções, portarias, editais, avisos sobre procedimentos administrativos internos; -Editais e acompanhamento de concursos públicos;
, ,	-Processos administrativos (acompanhamento e

Código:

MAN-DGCON-003-01

Revisão:

03

Página:

23 de 24



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não-controlada.

INDEXADO	NÃO INDEXADO	
	decisões);	
	-Atas de sessões de comissões ou conselhos;	
	-Avisos, editais e termos de contrato;	
	-Atos de instauração de sindicância.	

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ATIENZA, Cecília Andreotti. Documentação Jurídica: introdução à análise e indexação de atos legais. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979;
- BRASIL. Presidência da República. Manual de Redação da Presidência da República. Brasília, DF: Presidência da República, 1991;
- DUQUE, Euclides Pereira. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro: uma história:
 1931-2001. Niterói: Imprensa Oficial, 2001;
- FIGUEIREDO, Nice Menezes de. Desenvolvimento e avaliação de coleções. Rio de Janeiro: Rabiskus, 1993;
- GONÇALVES, Vânia Teixeira. Manual para seleção de atos oficiais: metodologia.
 Rio de Janeiro: s. ed., 2005;
- REZENDE, Ana Paula de; MACHADO, Valéria Maria. Centro de informação jurídica eletrônico e virtual. Ci. Inf., Brasília, DF, v. 29, n. 1, p. 51-60, jan./abr. 2000;
- SOUZA, Denise Helena Farias de. Publicações periódicas: processos técnicos, circulação e disseminação seletiva da informação. Belém: Universidade Federal do Pará, 1992.

Base Normativa:	Código:	Revisão:	Página:
Ato Executivo 2.950/2003	MAN-DGCON-003-01	03	24 de 24